A GREVE GERAL DE 1917 EM PORTO ALEGRE

Adhemar Lourenço da Silva Jr.

RESUMO
O artigo trata da Greve Geral de 1917 em Porto Alegre e seus efeitos políticos nos movimentos operário e anarquista.

ABSTRACT
The article describes the 1917 General Strike in Porto Alegre (Rio Grande do Sul - Brazil) and its political effects on labour and anarchist movements.

As grandes greves de 1917 são consideradas marcos na trajetória do movimento operário brasileiro. Referência quase obrigatória dos pesquisadores do operariado na República Velha, ainda hoje discute-se o impacto desse momento na organização dos trabalhadores, nas políticas públicas ou na entrada em cena de novos agentes sociais (v. WOLFE, 1991; FRENCH, 1991; LOPREATO, s/d). Porto Alegre também viveu uma dessas greves entre 31 de julho e 4 de agosto daquele ano.

A historiografia "nacional" - ao generalizar resultados provenientes de pesquisas regionais sobre São Paulo e Rio de Janeiro (JARDIM, 1990, p. 11; CATTANI, 1991, p. 44-48) - pouco tem refletido sobre o caso de Porto Alegre, talvez por ausência de conhecimento. Com efeito, só há dois estudos de fôlego publicados que se detém sobre Porto Alegre (BODEA, s/d; PETERSEN, 1979). Mas também há pouco interesse: as breves menções à Greve Geral de Porto Alegre serviriam apenas para demonstrar como, em toda parte, a carestia de vida levava os trabalhadores a se mobilizarem, ou demonstrar quão influente foi a Greve Geral paulistana em outras mobilizações no Brasil.

É certo que a carestia em Porto Alegre levou os trabalhadores a fazerem uma Greve Geral: os próprios agentes sociais o dizem. Mas não se pode tomar o fenômeno da greve como uma reação "natural", quase instintiva, a um estado de coisas. A alta de preços[1], antes de ser uma expli-

---

Adhemar Lourenço da Silva Jr. é Mestre em História pela UFRGS.

cação por si só, é apenas componente da contextualização necessária à resposta da pergunta: o que exatamente foi e o que representou a Greve Geral em Porto Alegre para o movimento operário?

Os limites deste artigo não permitem discutir se a Greve de 1917 situa-se ou não nas "origens do trabalhismo gaúcho" (cf. BODEA, s/d), tampouco a importância do Rio Grande do Sul no movimento operário brasileiro (como tentei fazer em 1995b). Observo apenas que o estudo local da Greve de 1917 não me faz tomar posição contrária à análise de macro-estruturas. Subjazem a esse pequeno universo de estudo três posições defendidas anteriormente.[2] A primeira é que os frouxos laços federativos do movimento operário na República Velha não necessariamente atestariam uma "miopia política" dos militantes, mas a

> *... irrelevância aparente da economia nacional para a negociação coletiva ou (...) a força (...) de um movimento sindical puramente local, o que não deve ser subestimado em determinadas circunstâncias. (HOBSBAWM, 1987, p. 236)*

A segunda posição crê na impossibilidade de generalizar para o Rio Grande do Sul os resultados das greves porto-alegrenses. A terceira, corolário da segunda, é que a interlocução do movimento operário com a administração municipal é diferente daquela mantida com a administração estadual, ainda que os governantes pertencessem ao mesmo partido político, cujas coesão e disciplina ideológica têm sido quase que unanimemente sublinhadas pela historiografia (com exceção de FÉLIX, 1987).

Com este artigo, quero situar melhor o alcance das variáveis explicativas que vêm sendo fornecidas à Greve Geral em Porto Alegre, sem esquecer que o ano de 1917 não foi somente o ano em que ocorreram outras greves e algumas revoluções pelo mundo: foi o ano em que os sindicalistas porto-alegrenses admitiram, quiçá pela primeira vez, que podiam exercer *dominação* sobre amplos contingentes populares.

O conceito weberiano de dominação[3] me foi basilar para a constituição de uma história política do operariado capaz de levar em conta as relações entre lideranças e liderados. Penso que esse seria um pré-requisito para produzir uma "história dos de baixo" do sindicalismo em que, por mais estranho que isso pareça, as lideranças operárias, mesmo as anarquistas, estão também "em cima" - onde, como de costume, os pesquisadores colocam apenas a classe dominante e/ou o Estado. Essa relação de dominação é ainda fundamental para se tentar compreender o que significava "fazer greve" para os trabalhadores porto-alegrenses de 1917

(e como eles aprenderam a "fazer greve"), como também quais foram os resultados desse aprendizado, tanto nos primeiros dias daquele mês de agosto, como nos anos vindouros.

OS SINDICALISTAS PORTO-ALEGRENSES EM 1917

Aquilo que a historiografia denomina "anarco-sindicalismo" foi propugnado com o nome de "sindicalismo" por anarquistas de Porto Alegre desde 1906. O sindicalismo propunha a constituição de entidades operárias de resistência politicamente neutras, com o objetivo de associar trabalhadores, independente das preferências políticas de cada membro (SILVA Jr., 1995a). Quanto maior fosse a influência de anarquistas no sindicalismo, tanto maiores seriam as tendências extremistas das associações de trabalhadores denominadas "sindicatos".

Desde 1909, os sindicalistas compunham a diretoria da Federação Operária do Rio Grande do Sul (FORGS), derrotando os socialistas - que então se aproximavam do Partido Republicano Rio-grandense (PRR) - em 1911. A derrota dos socialistas não fez com que os anarquistas monopolizassem a "palavra operária": não só as associações ligadas aos socialistas não foram expulsas da FORGS com a entrada de sindicalistas, mas também os próprios socialistas já há anos convergiam para a proposta de diferenciar a "luta econômica dentro das associações e a política num partido propriamente dos trabalhadores" (*apud* PETERSEN, 1989, p. 96).

Em 1906, a propaganda do sindicalismo estava ligada à União Operária Internacional (UOI), associação que supõe-se englobar os anarquistas de Porto Alegre. Ao ingressarem na diretoria da FORGS, os sindicalistas não transformaram o *A Luta* no jornal da Federação e nem mesmo se mantiveram organizados na UOI. Em 1914, não havia qualquer "agrupação anarquista" em Porto Alegre e, no ano seguinte, os militantes pelotenses ainda observavam a "apatia" em que se encontrava o movimento operário na capital do estado.[4]

A FORGS oficialmente englobava as organizações operárias de todo o estado - e de fato mantinha correspondência com associações do interior, fossem ou não aderidas -, mas, na prática, representava publicamente as entidades operárias de Porto Alegre (PETERSEN, 1991-1992). Mas essa representação não fazia da FORGS uma entidade "superior" aos sindicatos - era no máximo uma entidade "geral" -, pois a Federação não emitia "ordens" que fossem obedecidas pelas associações

filiadas. Com efeito, em março de 1917, quando de uma greve de trabalhadores em pedra, a FORGS limitou-se a promover comícios, sem declarar explicitamente seu apoio ao movimento, apenas solicitando que as filiadas apoiassem aquela "causa justa", como já fizera em janeiro, por ocasião de uma greve de tecelões (CCFO, [jan. e mar. 1917]). Em determinado momento, quando a FORGS, como mediadora, recomendou ao Sindicato dos Canteiros suprimir determinada reivindicação da pauta, sequer foi atendida (AF, 28/3/1917).[5]

A PREPARAÇÃO DA GREVE

A timidez da FORGS no início de 1917, quando a onda de greves já se esboçava[6], somou-se a um evento ocorrido em Porto Alegre no mês de abril, cujos efeitos se fizeram sentir no movimento operário. A Guerra Mundial, que originou diversos fenômenos característicos do contexto histórico no qual se moviam (e contra o qual arremetiam) as reivindicações operárias das grandes greves, não ocasionou somente a alta de preços dos gêneros alimentícios, ou a deterioração das condições de trabalho em certas categorias (WOLFE, 1993, p. 16-23; OD, 23-28/1/1917). Em Porto Alegre, a guerra trouxe também o transbordamento emotivo de multidões que promoveram um quebra-quebra dirigido contra os bens de teutos e teuto-brasileiros, só controlado com a ocupação militar da cidade e a proibição de manifestações públicas e "ajuntamentos" (SILVA Jr., 1994b).

A eclosão do quebra-quebra impediu o movimento operário de exibir publicamente seu descontentamento ou regozijo: de 6 de abril a 31 de julho não há registro de qualquer greve ou manifestações de 1º de Maio. A impossibilidade de utilizar a "praça pública" como meio de propaganda - como queriam os sindicalistas (LUCAS, PETERSEN, 1992, p. 173) - inviabilizava a irrupção de uma "greve generalizada" como ocorrera em São Paulo ou no Rio de Janeiro, quando paralisações isoladas de uma e outra categoria - cada qual com seu próprio ritmo de mobilização, suas próprias lideranças e reivindicações - encorajavam outros grupos a fazer o mesmo até o ponto do movimento paralisar o conjunto dos trabalhadores (WOLFE, 1993, p. 209-210).

Até 17 de julho, quando a greve generalizada paulistana já terminara, a FORGS não havia recebido qualquer informação direta sobre o ocorrido. Ignora-se a existência de troca de informações entre os militantes de São Paulo e Porto Alegre antes de 29 de julho, quando um militante daquela cidade esteve nas reuniões da FORGS. O fato é que, en-

tre 17 e 25 de julho, algumas ações aparentemente inocentes vinham sendo tomadas por militantes operários ligados ao anarquismo - e, mais precisamente, à UOI -, como quermesses, palestras e reuniões sobre caixas de mutualidade. No dia 25, pela primeira vez, o tema da greve paulistana é abertamente discutido em reunião da UOI.[7]

Desde 21 de julho, a imprensa porto-alegrense se interrogava sobre a possibilidade de estar havendo um planejamento da greve. O boato era alimentado por registros de distribuição de panfletos de ferroviários do interior, convocatórias de reuniões de pedreiros, canteiros e padeiros (todas para o fim-de-semana de 28 e 29 desse mês) e pela ida de estivadores e carroceiros "a miúdo [sic] à sede da Federação indagar o que há sobre a pretendida greve".

Três temores inter-relacionados justificavam a preparação secreta de um movimento grevista que se queria grande: o de que houvesse outro quebra-quebra; o de que a cidade sofresse nova ocupação militar; e o de que a repressão destruísse as organizações sindicais. Nenhum dos temores era injustificado. Após o quebra-quebra de abril, os ânimos nacionalistas não haviam arrefecido, e naquele final de julho ocorreram novas "manifestations francophiles inoubliables" quando da visita do ministro francês Paul Claudel a Porto Alegre.[8] A polícia, envolvida com os preparativos da visita e com os boatos, começa a informar-se sobre os motivos da greve e providencia uma "lista nominal dos (...) empregados" das fábricas, com o fim de evitarem-se "assaltos à propriedade".

Quanto à possibilidade da repressão destruir as organizações sindicais, este seria o maior custo do fracasso da projetada greve, pois, contrariando a instabilidade comum das organizações sindicais do Brasil, a FORGS mantinha continuamente uma diretoria, se não desde 1906, pelo menos de 1909 até 1927. Há evidências de que os cargos administrativos da FORGS em 1917 não eram ocupados por anarquistas (e daí a necessária "revigoração" da UOI, que estava "decaída") e que tais militantes eram inclusive contrários à greve - provavelmente devido ao temor -, como declararam ao *Correio do Povo*:

> *... a Federação Operária era completamente estranha ao movimento que vinham projetando diversos operários. Disseram-nos mais que a referida associação havia traçado uma norma de conduta tendente a conciliar os operários mais exaltados, fazendo-lhes ver que a atual situação não comporta uma greve.*

A estratégia dos anarquistas para convocarem uma Greve Geral pas-

sava pela mobilização dos canteiros e dos pedreiros e carpinteiros, cujos sindicatos legítimos promovem assembléias para sábado à noite e domingo pela manhã, respectivamente, declarando-se favoráveis à greve, sem, no entanto, iniciarem qualquer paralisação. Sábado pela manhã, a UOI espalha boletins de propaganda, convocando reunião geral da FORGS para as 15h de domingo, 29 de julho. Na reunião, com mais de 500 pessoas, nenhum cargo administrativo da FORGS tomou a palavra, e criou-se ainda (não elegeu-se) um órgão sob controle dos anarquistas e dos pedreiros sindicalistas (sem a participação da diretoria da Federação). A Liga de Defesa Popular (LDP) estabelece uma pauta de reivindicações e a entrega aos governos municipal e estadual, eximindo, portanto, a FORGS da responsabilidade do movimento.

Dentre as reivindicações apresentadas ao poder público, 7 definiam medidas contra a elevação do preço de alimentação, moradia e transporte coletivo e 3 versavam especificamente sobre as relações capital-trabalho. Ei-las:

Diminuição dos preços dos gêneros de primeira necessidade em geral.

Providências para evitar o açambarcamento do açúcar.

Estabelecimento de um matadouro municipal para fornecer carne à população a preço razoável.

Criação de mercados livres nos bairros operários.

Obrigatoriedade da venda do pão a peso e fixação semanal do preço do quilo.

A Intendência cobrar pelo fornecimento de água 10% sobre os aluguéis e reduzir para 5% as décimas dos prédios cujo valor locativo seja inferior a 40$000.

Compelir a Companhia Força e Luz a estabelecer passagem de 100 réis de acordo com o contrato feito com a municipalidade.

Aumento de 25% sobre os salários atuais.

Generalização da jornada de 8 horas.

Estabelecimento da jornada de 6 horas para mulheres e crianças.

Há semelhanças entre a lista de reivindicações em Porto Alegre e a lista elaborada semanas antes em São Paulo: esta também incluía jornada de 8 horas, regulamentação da jornada de mulheres e crianças, aumento salarial, etc. Mais fácil é, contudo, verificar diferenças nas reivindicações dos dois movimentos grevistas. Em São Paulo, formou-se um Comitê de Defesa Proletária em meio a uma greve de têxteis que, se por

um lado, "added cohesiveness to the unorganized general strike", por outro lado chegou a encaminhar reivindicações contrárias ao desejo desses trabalhadores, como a proibição do trabalho noturno de mulheres (WOLFE, 1983, p. 20-21). O memorial do Comitê paulistano revindicava 10 medidas, versando sobre condições de trabalho e garantias legais aos grevistas, seguidas de outras 4 medidas, à guisa de sugestão para debelar a carestia. A preocupação do Comitê com a carestia relacionava-se com o fato de que aumentos salariais significariam pouco frente ao aumento de preços, e não porque o Comitê se quisesse representante do "povo" (DIAS, 1977, p. 229-231). Em Porto Alegre, não se formou um Comitê de Defesa *Proletária*, mas uma Liga de Defesa *Popular*, cuja pauta de reivindicações não dividia entre as que beneficiariam o "povo" e as que beneficiariam as parcelas assalariadas desse "povo". Em Porto Alegre, os trabalhadores não "sugeriam" medidas ao Estado, reivindicavam-nas. E se dispunham a entrar em greve em função de uma pauta de reivindicações, cujas principais e mais salientes - exatamente por serem as primeiras - beneficiariam o "povo". Embora a LDP tenha sido criada em reunião de trabalhadores, ela se queria representante do "povo", ambigüidade expressa pelo vocativo utilizado não só em sua proclamação inicial, como ao longo da greve: "Povo! Trabalhadores!".

A inclusão do "Povo" nas reivindicações e organização dos sindicalistas rio-grandenses[9] poderia relacionar-se à permeabilidade do PRR a reivindicações contra a carestia, em benefício dos chamados "interesses gerais". Desde 1914, o governo estadual tomava medidas para conter a alta dos preços, notadamente o do feijão: limitou as exportações da leguminosa, provocando protestos do alto comércio porto-alegrense (FRANCO, 1983), que acionou o Estado e obteve vitória definitiva em janeiro de 1917 (BAK, 1977, p. 82). Também o intendente municipal decretara mecanismos de controle sobre o preço da carne e outros gêneros em 1914, cuja execução não surtira o efeito desejado. Assim, as reivindicações da LDP não necessariamente confrontavam o poder público, mas o pressionavam para que tomasse atitudes decididas para conter a carestia, não ficando circunscrito a boas intenções. E não havia melhor meio de pressionar os governantes do que manifestar-se publicamente, como reconheceria um orador operário, ignorando, evidentemente, a historiografia que viria a ser produzida décadas depois sobre o anarquismo que então professava:

> *... o governo (...) reconhece, mais do que ninguém, as necessidades do povo, mas só se lembra de agir para as satisfazer quando*

as multidões, nas praças públicas, gritam dizendo que têm o estômago vazio.

Se o governo tomar as medidas necessárias para vir ao encontro das aspirações do povo, este saberá ser-lhe grato e saberá apoiá-lo, como, em tal caso, merece.

Na segunda-feira, 30 de julho, a LDP entregou aos governos municipal e estadual o memorial com a lista de reivindicações, pedindo, ainda, autorização para fazer um comício às 15h do dia seguinte. A autorização foi concedida pelo Presidente do Estado, Borges de Medeiros, e pelo Chefe de Polícia, desde que "durante ele [o comício] não houvesse a mínima alteração da ordem pública". Na terça-feira pela manhã preparam-se *meetings* nos bairros operários e contataram-se entidades de trabalhadores não aderidas à FORGS. O comício da tarde de 31 de julho teria sido assistido por um público estimado entre 4 e 5 mil pessoas (entre 2,44 e 2,77% da população urbana da época), no centro de Porto Alegre. Mais de 120 policiais civis e militares dirigiram-se à Praça da Alfândega (Praça Senador Florêncio), acompanhando a manifestação, cujos discursos abordaram o problema da carestia, as negociações com os governos municipal e estadual, pedindo ainda que "todos se unissem e decretassem a Greve Geral".

AS GREVES E A GREVE GERAL

Pode-se dizer que a greve começou com o comício, em 31 de julho, encerrando-se no sábado, 4 de agosto, envolvendo 30 mil trabalhadores, conforme estimativa. Houve quem, jocosamente, tenha feito uma analogia desses dias com a Semana Santa: a quarta-feira fora de Trevas, pois a Companhia Força e Luz suspendera seu funcionamento; quinta-feira fora de Endoenças, pois o povo saíra às ruas em busca de artigos, em profusão semelhante ao movimento na quinta-feira supracitada rumo às igrejas; sexta-feira fora da Paixão, pois não havia nem carne, nem leite; sábado fora de Aleluia, pois o povo congratulava-se com o resultado das negociações; domingo fora o de Ressurreição, pois então ressurgira o movimento nos arrabaldes. Embora satírica, a analogia tem o mérito de sintetizar uma cronologia da Greve Geral.

O presente texto não é um memorial laudatório para ungir os militantes porto-alegrenses com o mérito de terem conduzido a primeira Greve Geral, e não generalizada, da história brasileira. Com efeito, diversas

categorias paralisaram, atendendo aos chamamentos de um único comitê de greve (a LDP) e com uma única pauta de reivindicações. O controle da LDP chegou ao ponto dos veículos de tração animal ou mecânica só circularem na cidade de posse de um "salvo-conduto", documento que foi expedido para os estabelecimentos hospitalares e asilares de Porto Alegre (PEREIRA, 1950, p. 538).

Mas uma verdadeira Greve Geral, como essa, colocava os militantes operários frente a situações imprevistas (ou com as quais não tinham experiência) em suas relações com outros sindicatos, com o patronato, com o Estado ou com as "multidões". Se o espetáculo de uma Greve Geral chamou a atenção dos contemporâneos letrados e ainda hoje chama nossa atenção, a perspectiva de cada trabalhador, categoria e sindicato poderia ser muito diferente, envolvendo diferentes relações com estes ou aqueles agentes sociais. São as relações estabelecidas entre esses diversos agentes sociais que configurariam uma história política do operariado (TENFELDE, 1987).

Os ferroviários, por exemplo, eram uma categoria cujo envolvimento com a LDP e com a Greve Geral porto-alegrense foi mínima, apesar de manterem uma greve simultânea em nível estadual. Apesar da greve ferroviária condicionar a paralisação em Porto Alegre, em nenhum momento, a FORGS ou a LDP fez mais do que declarar apoio ao movimento, sem mediar negociações ou definir qualquer rumo até o fim do conflito, em 9 de agosto. Já os pedreiros e carpinteiros (além dos padeiros e talvez os canteiros) de Porto Alegre, mediados por seu sindicato legítimo, reconhecem a LDP como liderança da greve e mesmo participam do órgão em postos-chave. Na verdade, o sindicato foi o poderoso instrumento dos anarquistas para dar um "golpe de Estado" na direção da FORGS que se opunha à Greve.

Outras categorias envolvem-se diretamente com a LDP, sem mediação de um sindicato, inexistente ou em constituição: suas reivindicações são as da pauta única e a negociação com o patronato é feita também pela Liga. Mas há diferenças nesse grupo, pois têxteis, trabalhadores no transporte coletivo e estivadores, por exemplo, demandaram especial atenção da LDP, porque seu número ou sua paralisação condicionariam a adesão de outras categorias. A paralisação dessas categorias não pode ser confundido com o dos caixeiros (comerciários) que, embora tenham sido representados pela LDP em negociações com o patronato, em nenhum momento fizeram assembléias para aderir à greve, aceitar ou rejeitar propostas e sequer conseguiram reunir-se para fundar um sindicato: sua paralisação não foi efeito de decisão voluntária, mas impos-

sibilidade (devido à ausência de transporte de pessoas e/ou mercadorias) de comparecer ao trabalho. Embora também os carroceiros tivessem sua paralisação condicionada pela falta de mercadoria a ser transportada (devido à greve na estiva e ferrovia), a categoria participou ativamente da greve, aproveitando o momento para (re)constituir a União dos Condutores de Veículos, processo esse que, apesar de estar em curso, foi acelerado pelas circunstâncias.

A paralisação completa do transporte urbano seria obtida com a adesão dos Choferes, cujo sindicato legítimo não era aderido à FORGS e foi, respeitosamente, procurado pela LDP, embora o fato não tenha significado envolvimentos políticos posteriores das entidades. Se a mediação do Sindicato fez os Choferes aderirem à Greve Geral, a mediação da União Tipográfica inviabilizaria a participação da categoria, se não houvesse tipógrafos que desobedeciam à entidade de classe. Entre a LDP e a União Tipográfica havia uma relação respeitosa, que permitiu à primeira *autorizar* o funcionamento das oficinas dos jornais *A Federação* e *Correio do Povo* "até que fique definitivamente estabelecida a *Greve Geral dos tipógrafos* de forma a não ser publicado nenhum dos jornais desta capital". Não só adesão da categoria à Greve Geral não dependeu de uma decisão da entidade de classe, como a própria volta ao trabalho não dependeu. Um fenômeno semelhante ao da convocação da Greve Geral na FORGS ocorreu na União Tipográfica: utilizou-se o dissenso para conquistar posições no interior da entidade de classe.[10]

A GREVE GERAL E O "POVO"

Toda greve é um movimento coletivo, que não se reduz ao somatório de indivíduos trabalhadores que paralisam. Da mesma forma, independente dos ritmos próprios de cada categoria, a Greve Geral em Porto Alegre não foi apenas um somatório de greves em cada atividade. Há também o ritmo da Greve Geral: às vezes o ritmo depende da adesão desta ou daquela categoria; outras vezes condiciona a adesão dessas. Às vezes o patronato cede a pressões (violentas ou não) da categoria que está em greve; outras vezes cede à possibilidade de violências cometidas por trabalhadores de outras categorias.

A imprensa daqueles dias e a historiografia têm dito que a greve em Porto Alegre foi pacífica (PETERSEN, 1979, p. 310). Mas não se podem esquecer os ataques e ameaças dos "grupos de catadura menos tranqüilizadora", dos "amotinadores", cuja "linguagem tribunícia infla-

mada, excessiva, abundantíssima" plasmava-se com uma "cólera exacerbada e perigosa" (PEREIRA, 1950, p. 538-539) seria fundamental para o sucesso da greve em categorias de difícil mobilização, como os alfaiates. Às 14h de quinta-feira, uma comissão de alfaiates se dirigiu à FORGS, para solicitar que se formasse "uma comissão para com eles percorrerem as alfaiatarias e convidar os seus empregados a assistir a uma reunião", que se realizaria às 20h. A comissão, composta de trabalhadores de várias categorias, inclusive "centenas de operários", passava em todas as alfaiatarias, crescendo seu contingente "por entre vivas à classe e à greve". Independente da reunião das 20h haver decidido "oficialmente" a adesão dos alfaiates, o fato é que o instrumento para a convocação dessa reunião não foram boletins ou a legitimidade de uma associação de classe qualquer - talvez, em alguma medida, a LDP -, mas o tumulto provocado pela comissão.

Outras situações tumultuosas ou potencialmente violentas são descritas, mormente entre padeiros e carroceiros, quando não em grupos indefinidos de "populares", como os 200 que, dirigindo-se para o centro de Porto Alegre, passaram por um fábrica de banha e adentraram-na, "convidando" 50 trabalhadores para a greve. O convite não foi aceito e os "populares" foram expulsos do local, não sem antes tê-lo apedrejado e atingido o proprietário. Semelhante é o caso dos "grandes grupos de operários postados na Praça Senador Florêncio e outros pontos movimentados por onde passam os bondes", reclamando "em altos gritos a paralisação do tráfego", ou ainda um "grupo" que, na quinta-feira, tentou impedir que um funcionário do Gasômetro Municipal "acendesse os combustores de iluminação pública", tarefa que só conseguiu cumprir acompanhado por agentes da Polícia Administrativa.

Qual foi o papel da violência e das multidões na Greve Geral? Em qualquer greve, a violência pode levar à mesa de negociações, embora a continuação de violências em meio a negociações possa levar a impasses (TAFT, ROSS, 1969, p. 182). A violência "espontânea" pode ser problemática para as lideranças sindicais, incapazes de controlá-la e administrar seus efeitos. Mas não houve conflitos de grandes proporções, no máximo uma sucessão de "pequenos abusos e violências", que estavam sendo reprimidos e punidos pela polícia. Essa atuação da polícia "no varejo" não inviabilizava a posição das lideranças operárias, tanto que a FORGS, antes temerosa, colaborava agora com a LDP, pondo sua estrutura física e administrativa em favor da Greve Geral, assinando boletins com a LDP desautorizando a ação dos grupos violentos e preocupando-se ainda em nomear comissões para orientar "diversos grupos de proletários, que que-

rem abandonar o serviço, mas não sabem como deverão agir".

A pauta de reivindicações da Greve Geral contemplava medidas que deveriam ser tomadas pelo poder público, o que exigia a demonstração pública da "massa" em bloco - classificada ou não por profissão, sexo, idade, etc. - a exigir resposta dos governantes. Por um lado, essa necessidade e, por outro, para evitar a ação de grupos violentos que se queriam agindo sob os auspícios da LDP, a liderança da Greve Geral convocou passeata e manifestação para a quinta-feira, 2 de agosto. A manifestação saudaria a "imprensa simpática ao movimento", servindo como um pragmático louvor às *media* que veiculavam as instruções das lideranças operárias. A passeata, estimada em 3 mil pessoas, era encabeçada pela LDP, seguida por "moças" portando bandeiras e faixas, nas quais se lia: "Viva a Imprensa" e "Abaixo os trusts". A LDP testava, ali, a sua capacidade de obter obediência dos grevistas, convocando-os para - ao invés de manterem "atitude[s] exaltada[s]", "[percorrendo em grupos] as ruas da cidade e (...) [estacionando] às esquinas" - fazer uma manifestação pacífica e não uma ação coercitiva fora do controle das associações de dominação. Isso é claro no discurso de Cecílio Vilar, durante a manifestação, quando "Acrescentou que a Liga apelava para que os grevistas permanecessem calmos em seus postos...".

Saudados os jornais, a manifestação se dirige ao palácio do governo estadual, onde uma comissão da LDP é recebida por Borges de Medeiros, que então prometeu decretar, naquela tarde mesmo, medidas de controle das exportações e atender à questão de horas de trabalho e salários para os empregados do Estado, inclusive para dar o exemplo aos empresários. A comissão saiu do palácio e comunicou aos já estimados 5 mil manifestantes que aguardavam os intentos dos governos estadual e municipal. Teriam sido, nesse momento, levantados vivas ao presidente do Estado.

Com efeito, nesse mesmo dia serão publicados os decretos estaduais n. 2287 e 2288, o primeiro elevando os "salários dos proletários que se acham ao serviço do Estado" e o segundo regulando a exportação de arroz, banha, batatas, feijão e farinha. No dia seguinte, o Intendente Municipal José Montaury decretaria preços máximos de venda a varejo de 41 artigos, não só de alimentação, como também, por exemplo, erva-mate, querosene, fósforos e velas (Ato n. 137).

A manifestação da quinta-feira tem sido usada como evidência da existência de uma relação paternalista entre Borges de Medeiros e o movimento operário. Chegou-se a dizer que as medidas governamentais do dia 2 de agosto foram promulgadas "praticamente no mesmo dia em que as reivindicações da Liga foram apresentadas formalmente ao Pre-

sidente do estado" (BODEA, s/d, p. 37). Como já vimos, essas reivindicações foram apresentadas dia 30 de julho às autoridades. Segundo o autor (p. 41), a manifestação organizada para *pressionar* o governo, teria ocorrido após a publicação das medidas e teria sido uma "passeata espontânea", afirmações que não só revelam uma leitura apressada das fontes, como produzem uma "inversão do ocorrido" (cf. já observara FONSECA, 1993, p. 412).

A discussão de THOMPSON (1984, p. 40) sobre o paternalismo nos ajuda a colocar em dúvida o alcance do conceito de "paternalismo borgista", mesmo porque "lo que es (desde arriba) un `acto de concesión', es (desde abajo) un `acto de lograr'." O discurso governista, a partir de 2 de agosto, não só insiste na benemerência de Borges de Medeiros, como ainda constata que, após o atendimento das reivindicações "razoáveis" (desqualificando, portanto as que não foram atendidas), nada justificaria a manutenção de uma Greve Geral. Mas nem as lideranças da greve, nem o conjunto dos grevistas assumiram quaisquer compromissos paternalistas, pelo menos de imediato. Mal saía do palácio, a comissão declarava que "o começo da vitória estava alcançado", recomendando a continuação da greve e, ainda na quinta-feira, adeririam à greve a Companhia Fiat Lux, tamanqueiros, licoreiros, canteiros e empregados de diferentes estabelecimentos. O resultado imediato da ação do governo não foi um reconhecimento paternalista das obrigações dos operários: é provável que muitos tenham decidido entrar em greve por causa da sanção e do reconhecimento da justiça das reivindicações por parte das autoridades.[11]

A partir de quinta-feira, deficiências na circulação de informações e ordens entre lideranças e grevistas (deficiências de organização) fazem o movimento declinar *apesar do aumento do número de categorias paralisadas*. Antes de explicar o aparente paradoxo, cabe a interrogação sobre os porquês do êxito preliminar do movimento. Há poucas dúvidas que, no decorrer da greve, temia-se a repetição do quebra-quebra de abril. Se não houvesse o temor, fatos aparentemente irrelevantes seguiriam irrelevantes, quando muito ilustrativos da conduta de grevistas. Mas, levando em consideração o que ocorrera em Porto Alegre meses antes, a vitória "brasileira" contra os "alemães" em abril parece ser retomada, com outros fins, naquela que foi chamada de "guerra dos braços cruzados".

Observam-se facilmente nesta greve não só a existência de duplos sentidos em alocuções operárias, como também atitudes de trabalhadores e patrões atípicas para um simples conflito de trabalho. O sentido conotado da palavra "açambarcadores" - contra quem se dirigia a greve - remetia aos teutos, que controlariam o comércio dos "gêneros de primeira necessidade" das

colônias para Porto Alegre. As firmas teuto-brasileiras controlavam 85% do comércio exportador de batata, 70% do feijão-preto, 64% da mandioca, 52% do arroz. A Praça de Comércio de Porto Alegre foi fundada em 1858 já com comerciantes teutos. Em 1905, 39% de seus membros eram teutos e 37% de sua diretoria também o era. Os mesmos nomes teutos sempre comparecem na diretoria da Praça, "mesmo durante a guerra". Se é difícil ignorar a presença teuta no alto comércio porto-alegrense, igualmente importante seria a etnia na atividade industrial. Em 1916, haveria apenas 4 atividades "industriais" no Rio Grande do Sul não lideradas pelos teutos: fabricação de vinho e manteiga e beneficiamento do charque e erva-mate. Fiação e tecelagem, metalurgia, beneficiamento do couro, refinarias de banha, fabricação de bebidas, latoarias, vidraçarias, fábricas de pregos, fábricas de papelão, chapelarias, fábricas de móveis, etc., são todos setores nos quais a presença teuta assume destaque, senão liderança inconteste (ROCHE, 1969). Se não era difícil encontrar estabelecimentos teutos em Porto Alegre para apedrejar em abril de 1917, não seria difícil em agosto substituir "patrões" ou "grandes açambarcadores" por "alemães". A invocação do nacionalismo pelas lideranças grevistas é clara no comício de 31 de julho:

Os grandes açambarcadores (...) são estrangeiros, e não se compreende como as forças policiais, em sua defesa, saiam para a rua espingardeando os operários brasileiros, que gritam porque estão com fome...

O nome do órgão que encabeça a greve, embora possa ser associado ao Comitê de Defesa Proletária paulistano, parece estar mais associado a outro órgão. "Liga de Defesa" é também o "prenome" do órgão para-estatal criado por Olavo Bilac em 1916: enquanto este é "Nacional", os grevistas se denominam "Popular[es]". A própria documentação da LDP não parece querer se diferenciar da Liga de Defesa Nacional, ao se denominar, em seus boletins, como simplesmente "a Liga". Ou melhor, não é que ela não queira se diferenciar: o que ela quer é utilizar um termo que permita denotar "liderança da greve" e conotar "órgão semelhante àquele de expressão do patriotismo". Não faltaram, na greve, ameaças de violência a teutos e casos de patrões teutos que, desde 31 de julho, acedem às reivindicações de seus empregados, recomendando que não voltassem ao trabalho enquanto durasse a agitação.[12]

O TÉRMINO DA GREVE E O SALDO DO MOVIMENTO OPERÁRIO

Com os decretos de Borges de Medeiros satisfazendo parcialmente as demandas dos grevistas, a greve não arrefeceu. O editorial do vesperti-

no governista *A Federação* (2/8/1917) já trazia posições intolerantes para com a greve e, durante a noite de quinta-feira, o Chefe de Polícia "aconselharia" as lideranças a suspenderem o movimento. Consta que a comissão da LDP que recebera o "conselho" ressalvava a impossibilidade de que já na sexta-feira todos voltassem, devido ao adiantado da hora, mas o Chefe de Polícia comunicou à imprensa o resultado da reunião, de forma que, sexta-feira, o *Correio do Povo* já trazia a notícia do fim da greve. Segundo outra versão, a liderança, ameaçada de prisão, resolvera suspender o movimento que já estava fora de controle (GERTZ, 1989, p. 124-125).

A LDP emitiu boletim desmentindo a notícia do *Correio do Povo*, mas a circulação de informações contraditórias criou um clima de tensão e aumento da violência, com ataques de turbas a hotéis, cafés e restaurantes e tentativa de empastelamento daquele jornal (AF, 30/10/1917). A ocupação militar da cidade impediria os "ajuntamentos", "meetings e as reuniões em praças públicas":

A cidade assemelhava-se a uma praça de guerra, preparada para o combate. Em todos os recantos suspeitos os pelotões de infantaria, embalados, estacionavam previdentes; patrulhas de cavalaria cruzavam constantemente, numa atividade formidável. (PEREIRA, 1950, p. 538-539).

A proibição de manifestações impediu a continuação da Greve Geral; a LDP e a FORGS, reunidas às 23h de sábado, 4 de agosto, lançam boletins justapondo avaliações de que houve "conquistas" e de que houve "concessões" por parte do governo, dando por encerrado o movimento, prestando apoio às categorias que ainda manteriam a greve na semana seguinte e fazendo um inventário completo dos (pelo menos) 185 estabelecimentos que acederam às reivindicações.[13]

PETERSEN (1979) considerou parcialmente vitoriosa a Greve Geral de 1917, embora um intrigante texto de 1925 avaliasse que os trabalhadores haviam sido "vencidos e até confundidos":

> *... não quisemos, nem queremos que os trabalhadores sejam iludidos por promessas e decretos governamentais como o foram em 1917 e traídos por políticos que souberam aproveitar a ocasião para dar um golpe desmoralizador e traiçoeiro nas organizações operárias, para que elas não se pudessem firmar após um movimento grevista que havia sido um bem frisante atestado da força dos trabalhadores, quando unidos (...).* (O Sindicalista, *31/10/1925. p. 1).*

Analisando-se a atitude do poder público municipal e estadual frente às reivindicações da Greve, vemos que algumas foram obtidas e postas

em prática - as feiras livres, por exemplo. Mesmo as que não foram obtidas vinham com justificativas e análises que justapunham as "condições prementes em que se encontra o proletariado" e as reivindicações da LDP, reconhecendo-a como um grupo de interesse legítimo para negociar com o Estado. Isso nos levaria a pensar a política do PRR (especialmente em nível municipal) à luz de dois tipos ideais de racionalidade política construídos por Claus OFFE (1989). A racionalidade "conjuntural", mais afeita ao modelo liberal clássico, consideraria as demandas dos grupos de interesses (os sindicatos, por exemplo) como dadas, demandas que deveriam ser satisfeitas, desde que dentro dos limites orçamentários. Nessa situação, os órgãos do Estado e os partidos políticos poderiam negociar e propor soluções, pois o "bom" exercício dessa racionalidade política seria expresso pela "eficiência e a efetividade dos resultados". Em sentido contrário, viria uma racionalidade "estrutural", buscando manter as demandas em níveis "razoáveis ou suportáveis", devido à impossibilidade institucional ou orçamentária de satisfazê-las. Nesse caso, o "bom" exercício dessa racionalidade não é "satisfazer demandas, mas dar-lhes uma forma e canalizá-las de modo a torná-las possíveis de serem satisfeitas". Mesmo contraditórias, tais racionalidades podem coexistir empiricamente e a tarefa do pesquisador seria a de ver como isso ocorre.

Embora possamos inicialmente concordar com Ângela de Castro GOMES (1979, p. 71 e ss.), analisando a política do PRR como mais afeita à do liberalismo clássico, há - em nível embrionário, é certo, mas nem por isso menos visível - um certo grau de reconhecimento, de atribuição de *status* institucional à LDP e à FORGS. As autoridades não se limitaram a "dar o exemplo" ao patronato, concedendo as 8 horas e o aumento salarial. O Chefe de Polícia e o Intendente Municipal não só mediaram negociações, como "aconselharam" o patronato a ceder. A greve acabou não só porque houve ocupação militar da cidade, mas também porque o Chefe de Polícia "aconselhou" as lideranças operárias a ordenarem a extinção do movimento. Em suma, houve o reconhecimento, por parte do Estado, da legitimidade de um órgão como a LDP, pois é ela que encaminharia queixas, reclamações, petições, solicitações, representações, sugestões, etc. É ela que sugeria locais para os mercados livres e a periodicidade de seu funcionamento. É por causa desse embrião de *status* institucional que o Intendente se detém em justificativas do atendimento ou não de algumas reivindicações da greve.

A LDP aceita esse *status*, divulgando a legislação, sugerindo esta ou aquela correção na política pública, comparecendo à inauguração de feiras. Mas essa situação acarreta custos políticos, pois

... o grupo que possui status (...) deixa de ter suas ações e realizações exclusivamente determinadas pelos interesses, ideologias, percepções de necessidades, etc. de seus membros, bem como pela força relativa que possui em relação a outros grupos com os quais entra em competição ou aliança. (OFFE, 1989, p. 244)

Que custos foram esses? Como foram administrados no movimento operário de Porto Alegre? A LDP, criada sob a órbita dos anarquistas, passou a contar com representantes de todos os sindicatos da FORGS - inclusive os que não se envolveram com a preparação da Greve Geral - esvaziando seus propósitos iniciais e transferindo-os à Federação. A FORGS, como grupo de interesse com *status*, fazia da apropriação de cargos de direção na entidade mais do que a administração da federação *a serviço* de seus membros: seus diretores colocavam-se em posição privilegiada para a obtenção de benefícios pelos poderes públicos. A situação reforçava o peso dos não-anarquistas da FORGS, apoiados pelo edil republicano Francisco Xavier da Costa, gráfico e ex-militante socialista, que acenava com a possibilidade de obter certas medidas por via legal e mesmo subvencionava parte dos custos financeiros de manutenção da entidade, atribuindo-lhe, segundo a terminologia de OFFE (1989) não só o já obtido *status de reconhecimento*, mas também o *status de recursos*, configurando uma tendência "corporativa". Ao reforço das posições não-anarquistas, somava-se o descrédito em que caíram parte dos anarquistas da LDP de 1917, com a circulação do boato de que teriam sido subornados pelo alto comércio porto-alegrense para encerrar a Greve Geral (GERTZ, 1989, p. 124-125).

Derradeiro golpe nas posições anarquistas foi desferido em maio de 1918[14], quando a diretoria da FORGS produz um questionário sobre a "atitude" de cada Sindicato "perante a Federação": o Sindicato dos Canteiros recusa-se a respondê-lo e é expulso, o que já fora feito com a UOI. Afastados da FORGS, os anarquistas constituíram sua própria organização, a União Geral dos Trabalhadores (UGT), cujos estatutos a transformariam em uma verdadeira "entidade anarco-sindicalista" (GERTZ, 1989, p. 126).

Não foi possível precisar se o principal objetivo dos anarquistas da UGT era tornarem-se lideranças de outra entidade geral de trabalhadores ou, ao contrário, reconquistar posições no interior da FORGS, mas os acontecimentos levaram a essa segunda alternativa. Desde o final de junho de 1918, uma greve de metalúrgicos e têxteis ameaçava generalizar-se, enquanto os pedidos da FORGS a Borges de Medeiros para que solucionasse a carestia não encontravam resultado. A existência de três

entidades (UGT, FORGS e União Metalúrgica) obstava a generalização da greve, mesmo porque a Federação não a apoiava. Aparentemente ocorria a mesma situação de um ano antes: um grupo é favorável à Greve Geral e outro é contrário. Tanto em 1917 como em 1918 há conflito de interesses entre grupos organizados do movimento operário, mas, em 1917, o objeto da disputa era a necessidade e viabilidade da convocação de uma Greve Geral e chegou-se a um acordo devido ao chamado "princípio minimax": os contendores teriam interesses em parte compatíveis e em parte incompatíveis. A incompatibilidade dizia respeito aos custos que adviriam à FORGS se a greve fosse reprimida e a entidade fechada. O "princípio minimax" permite que o acordo se estabeleça desde que os contendores admitam ceder um mínimo para não perder um máximo. Ao se criar a LDP, chegou-se a um acordo, pois nem a greve deixou de ser convocada, nem os partidários da greve separaram-se da FORGS, nem se punha, em princípio, a FORGS em risco. Em 1918, o objeto da disputa não era a Greve Geral, mas a legitimidade da dominação deste ou daquele grupo político concorrente no movimento operário. Não era, portanto, uma disputa solúvel por meio do "princípio minimax", mas do "jogo de soma-zero": onde um dos contendores ganhava, o outro perdia (AUBERT, 1972, p. 283-284). Nessa situação, o objetivo dos anarquistas não foi o de conquistar para sua posição (pró-Greve Geral) e, conseqüentemente, para sua organização (UGT) parcelas do movimento operário, mas o de ganhar para sua posição quadros que se oporiam *internamente* à diretoria da FORGS.

O objetivo foi alcançado em reunião na FORGS em 18 de julho. Redigiu-se um memorial que seria enviado a Borges de Medeiros e, antes do final da reunião, a diretoria da FORGS pediria sua exoneração dos cargos "por incompatibilidade com as classes trabalhadoras".

A Greve Geral de 1918 foi reprimida e não obteve nenhuma reivindicação, mas, assim como os anarquistas avaliaram 1917 como uma derrota, avaliaram 1918 como uma vitória (GERTZ, 1989, p. 125-126). Por certo, a avaliação dos anarquistas sobre "derrotas" e "vitórias" não referia-se mais à conquista de reivindicações, mas à capacidade de dominar esta ou aquela parcela dos trabalhadores organizados.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

A Luta. Porto Alegre, 1906-1911.
A Vida. Rio de Janeiro, 1914-1915.
A Voz do Trabalhador. Rio de Janeiro, 1908-1915.

AF = *A Federação*. Porto Alegre, 1917-1918.

Ato n. 137 de 4 de agosto de 1917. In: PORTO ALEGRE. *Leis, decretos, actos e resoluções*. Período de janeiro de 1917 a outubro de 1924. Porto Alegre : A Federação, 1930. p. 5-8.

AUBERT, Vilhelm. "Law as a way of resolving conflicts: the case of a small industrialized society". In: NADER, Laura. *Law in culture and society*. 2. ed. Chicago : Aldine. 1972. p. 282-303.

BAK, Joan Lamaysou. *Some antecedents of corporatism: State economic intervention and rural organization in Brazil*. The case of Rio Grande do Sul (1890-1937). s/l, tese de doutoramento (PhD) em História-Yale, 1977.

———. *Regional perspectives on Brazilian labor history: labor, state and ideology in Rio Grande do Sul, 1889-1917. Paper* apresentado na *Latin American Labor Conference*, Apr. 1994.

BODEA, Miguel. *A Greve de 17 e as origens do trabalhismo gaúcho*. Porto Alegre : ProArte-L&PM, s/d.

CATTANI, Antonio David. *A ação coletiva dos trabalhadores*. Porto Alegre : SMCultura-Palmarinca, 1991.

CCFO = [Boletins da] COMISSÃO Central da Federação Operária. *A greve dos meieiros*. [Porto Alegre, jan. 1917]/ *A greve do calçamento*. [Porto Alegre, mar. 1917]. Anexos do Processo-crime n. 856. Réus: Ângelo Cavanellas e outros. Maço 53, Estante 29. 1917. Tribunal do Júri. fls. 55 e 53

CP = *Correio do Povo*. Porto Alegre, 1917-1918, 1921.

CS = *Crônica Subversiva*, Rio de Janeiro, 1 jun.-12 out. 1918.

DIAS, Everardo. *História das lutas sociais no Brasil*. 2 ed. São Paulo : Alfa-Omega, 1977.

FÉLIX, Loiva Otero. *Coronelismo, borgismo e cooptação política*. Porto Alegre : Mercado Aberto, 1987. (Documenta; 23).

FONSECA, Pedro Cezar Dutra. Positivismo, trabalhismo, populismo: a ideologia das elites gaúchas. *Ensaios FEE*. Porto Alegre, ano 14, n. 2, 1993. p. 410-421.

FRANCO, Sérgio da Costa. "Em 1914, o nascimento do intervencionismo". In: *Porto Alegre e seu comércio*. Porto Alegre : Associação Comercial de Porto Alegre, 1983. p. 120-126.

FRENCH, John D. Practice and Ideology: a cautionary note on the historian's craft. *Hispanic American Historical Review*. s/l : Duke University, vol. 71, n. 4, nov. 1991. p. 847-855.

GP = *Gazeta Popular*. Porto Alegre, 1918.

HERRLEIN Jr., Ronaldo, DIAS, Adriana. Trabalho e indústria na Primeira República: um ensaio de análise comparativa entre as sociedades do Rio Grande do Sul e de São Paulo. *Ensaios FEE*. Porto Alegre, ano 14, n. 1, 1993. p. 255-298.

HOBSBAWM, Eric J. *Mundos do Trabalho*. Rio de Janeiro : Paz e Terra, 1987.

JARDIM, Jorge Luiz Pastoriza. *Comunicação e militância*. A imprensa operária no Rio Grande do Sul (1892-1923). Porto Alegre, dissertação de mestrado em História-PUCRS, 1990.

KLIEMANN, Luiza Helena Schmitz. Convergência de interesses, governo autoritário e movimentos operários. *Estudos Ibero Americanos*. Porto Alegre, VI(2), dez. 1980. p. 235-238.

Le Rosier de Saint François. XVIII Anné, n. 12, dic. 1917, p. 343.

LOPREATO, Christina Roquette. As jornadas de Julho - São Paulo 1917. BRESCIANI, Maria Stella, SAMARA, Eni de Mesquita, LEWKOWICZ, Ida. *Jogos da política*. Imagens, representações e práticas. São Paulo : ANPUH/ Marco Zero/ FAPESP, s/d. p. 201-225.

MARÇAL, João Batista. *Primeiras lutas operárias no Rio Grande do Sul*. Porto Alegre : Livraria do Globo-Museu do Trabalho, 1985.

N = *Notícia*. Porto Alegre, 1917-1918.

O Sindicalista. Porto Alegre, 1925.

OD = *O Diário*. Porto Alegre, 1917.

OFFE, Claus. "A atribuição de status público aos grupos de interesse". In: *Capitalismo desorganizado*. São Paulo : Brasiliense, 1989. p. 223-268.

OIm = *O Imparcial*, Porto Alegre, 1917-1918.

OIn = *O Independente*. Porto Alegre, 1917-1918.

PEREIRA, Miguel José. *Esboço histórico da Brigada Militar do Estado do Rio Grande do Sul*. 2. ed. Porto Alegre : Oficinas Gráficas da Brigada Militar. 1950. (vol. 1).

PESAVENTO, Sandra Jatahy. *A burguesia gaúcha*. Porto Alegre : Mercado Aberto, 1988.

PETERSEN, Sílvia Regina Ferraz, LUCAS, Maria Elizabeth. *Antologia do movimento operário gaúcho (1870-1937)*. Porto Alegre : Ed. da Universidade-UFRGS/Tchê!, 1992.

PETERSEN, Silvia Regina Ferraz. "As greves no Rio Grande do Sul (1890-1919)". In: DACANAL, José Hildebrando, GONZAGA, Sergius (orgs). *RS: Economia e política*. Porto Alegre : Mercado Aberto, 1979. p. 277-327.

_____. *Guia para o estudo da imprensa periódica dos trabalhadores do Rio Grande do Sul*. 1874-1940. Porto Alegre : FAPERGS-Ed da Universidade-UFRGS, 1989.

_____. O anarquismo no Rio Grande do Sul na Primeira República. *Revista do Instituto de Filosofia e Ciências Humanas*. Porto Alegre, v. 15, 1991-1992. p. 127-147.

PORTO ALEGRE. *Relatório e projeto de orçamento para o exercício de 1918 apresentado ao Conselho Municipal pelo Intendente Engenheiro José Montaury de Aguiar Leitão em sessão ordinária de 1917*. Porto Alegre : Oficinas Gráficas d'A Federação, 1917.

ROCHE, Jean. *A colonização alemã e o Rio Grande do Sul*. Porto Alegre : Globo, 1969.

SILVA Jr., Adhemar Lourenço da. "O anarco-sindicalismo no Brasil: notas sobre a produção de um mito histórico-historiográfico". In: D'ANGELO. Ana Lúcia Vellinho. *Histórias de Trabalho*. Porto Alegre : UE/Porto Alegre, 1995a, p. 151-159.

_____. "O Povo X der Pöbel". In: MAUCH, Cláudia, VASCONCELLOS, Naira (orgs.). *Os alemães no sul do Brasil*. Cultura, etnicidade e história. Canoas : Ed. ULBRA, 1994b, p. 87-103.

_____. *"Povo! Trabalhadores!": tumultos e movimento operário*. (Estudo centrado em Porto Alegre, 1917). Porto Alegre, dissertação de mestrado em História-UFRGS, 1994a.

_____. A Confederação Operária e o Rio Grande do Sul. *Logos*. Canoas, vol. 7, n. 1, 1. sem. 1995b. p. 45-54.

TAFT, Philip, ROSS, Philip. "American labor violence: its causes, character, and outcome". In: GRAHAM, Hugh Davis, GURR, Ted Robert. *Violence in America: historical and comparative perspectives*. New York : Bantam Books, 1969.

TENFELDE, Klaus. "A história dos trabalhadores entre a história estrutural e a história do cotidiano. Pesquisas na República Federal da Alemanha". In: NEVES, Abílio Afonso Baeta, GERTZ, René E. (coords). *A nova historiografia alemã*. Porto Alegre : Ed.da Universidade-UFRGS-Instituto Goethe, 1987. p. 67-90.

THOMPSON, E. P. "La sociedad inglesa del siglo XVIII: ¿lucha de clases sin clases?". *Tradición, revuelta y conciencia de clase*. Barcelona : Crítica, 1984.

WEBER, Max. *Economia y sociedad*. 2. ed. Buenos Aires : Fondo de Cultura Económica, 1992.

WOLFE, Joel. Anarchist ideology, worker practice: the 1917 General Strike and the formation of São Paulo's working class. *Hispanic American Historical Review*. s/l : Duke University, vol. 71, n. 4, nov. 1991a. p. 809-846.

_____. *Working women, working men*. São Paulo and the rise of Brazil's industrial working class, 1900-1955. Durham : Duke University, 1993.

NOTAS

1. Provavelmente inferior ao verificado em São Paulo, como observam economistas: "Há indícios que corroboram essa suposição (quase um senso comum) da existência de um custo de vida relativamente inferior no Rio Grande do Sul, como a extensão regional da área cultivada com culturas alimentares e a maior intensidade de utilização de tratores na agricultura gaúcha da época." HERRLEIN Jr., DIAS, 1993, p. 269.
2. SILVA Jr, 1994a. O presente texto resume parte desse trabalho, incorporando ainda resultados de outras pesquisas, financiadas pela FAPERGS.
3. Diz-se que há dominação quando há "la probabilidad de encontrar obediencia a un mandato de determinado contenido entre personas dadas" (WEBER, 1992, p. 43).
4. O relato foi montado a partir de MARÇAL, 1985, JARDIM, 1990, PETERSEN, LUCAS, 1992, *A Voz do Trabalhador*, 1913-1915, *A Vida*, 1914-1915. Para mais detalhes sobre o sindicalismo na FORGS no período 1913-1915, veja-se SILVA Jr., 1995b.

5. Jornais e outras fontes serão, ao longo do artigo, referenciadas com as abreviaturas discriminadas na Bibliografia, ao final.
6. Em meio à onda, houve destaque para o movimento de policiais civis municipais em Montenegro, provavelmente em março de 1917, cf. OIn, 30/3/1917, p. 4.
7. Não querendo sobrecarregar (e truncar) a narração da Greve Geral com referências em cada citação direta e indireta, limito-me a indicar apenas a bibliografia, pois as fontes jornalísticas limitaram-se a CP, jul-ago. 1917; AF, jul.-ago. 1917; OIm, ago. 1917.
8. A imprensa da capital dedicou grandes espaços na última semana de julho a essa visita oficial, que ocorreu no dia 28. A citação pertence a *Le Rosier de Saint François*. XVIII Anné, n. 12, dic. 1917, p. 343. Agradeço a Paulo Pezat por essa referência.
9. Desenvolvi um pouco melhor essa questão em 1994a, p. 236-240, incorporando dados sobre os anarquistas de Pelotas, o que já permitiria uma generalização para o Rio Grande do Sul. Isso, aliás, não data de 1917, mas pelo menos desde 1912, como se verificaria a partir de PETERSEN, LUCAS, 1992, p. 182-183.
10. Anos depois, tais grupos se consolidariam em duas entidades, o Sindicato Gráfico Comunista (anarquista) e a União Tipográfica, cujo presidente fora secretário da FORGS em 1917 (CP, 8/9/1921). Em situação semelhante em 1918, a Associação Gráfica do Rio de Janeiro, mereceu o seguinte comentário de Astrogildo Pereira: "Essa atitude não me surpreende em nada: mais ou menos em toda a parte do mundo, os gráficos, [a]pesar da sua pretensão de formarem a nata intelectual do proletariado, constituem a classe mais atrasada, mais conservadora, mais insignificante." (CS, 29/6/1918, p. 2).
11. KLIEMMANN (1980) já redimensionava o "paternalismo borgista" quando apontava a "convergência de interesses" do movimento operário com o Estado, em função da sucessão presidencial federal vindoura. A posição da bancada federal do Rio Grande do Sul, com efeito, propagandeava a atitude de Borges como remédio à questão social (CP, 5 e 8/8/1917), a ponto de fazê-lo elogiado pelo deputado "trabalhista" Maurício de Lacerda (cf. PESAVENTO, 1988, p. 206). Estranhamente, no ano seguinte, a bancada federal gaúcha seria uma das principais opositoras dos "trabalhistas", pois acreditava na "possibilidade (...) das leis se constituírem elementos estimuladores da agitação operária", utilizando exemplos de países europeus e do Uruguay (GOMES, 1979, p. 71-75), nunca o exemplo de Porto Alegre. A propaganda da ação governista durante a greve de 1917 só servia ao PRR se funcionasse como um meio para demonstrar, em âmbito federal, o acerto das posições gaúchas, nunca seus fracassos.
12. Desenvolvi melhor essa discussão em 1994a, p. 330-337.
13. A opção pela história política da Greve Geral me faz omitir agora o resultado das greves em cada categoria, o que foi feito no estudo mais aprofundado de alguns casos em 1994a, p. 271-302. O número total de estabelecimen-

tos que acederam às reivindicações é superior a 185, porque consta que *todos* (quantos?) os donos de carroças, padarias e carpintarias concederam a redução da jornada e o aumento salarial.

14. Os eventos de 1918 foram narrados a partir das seguintes fontes: OIm, OIn, CP, AF, GP e N, maio-jul. 1918.